



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**AGNA FERREIRA DA SILVA SANTOS**

**PRÁTICAS DE CONTROLES FINANCEIROS E CONTÁBEIS REALIZADAS EM**  
**EMPREENHIMENTOS DE MICROEMPREENDEDORES: um estudo em**  
**municípios Pernambucanos**

Recife

2025

AGNA FERREIRA DA SILVA SANTOS

**PRÁTICAS DE CONTROLES FINANCEIROS E CONTÁBEIS REALIZADAS EM  
EMPREENHIMENTOS DE MICROEMPREENHEDORES: um estudo em  
municípios Pernambucanos**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, como requisito  
parcial para obtenção do grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

SANTOS, Agna Ferreira da Silva.  
PRÁTICAS DE CONTROLES FINANCEIROS E CONTÁBEIS  
REALIZADAS EM EMPREENDIMENTOS DE  
MICROEMPREENDEDORES: um estudo em municípios Pernambucanos /  
Agna Ferreira da Silva SANTOS. - Recife, 2025.  
39p, tab.

Orientador(a): Ana Lúcia Fontes de Souza VASCONCELOS  
Coorientador(a): Ilka Gislayne de Melo SOUZA  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -  
Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Práticas de Controles Financeiros e Contábeis.. 2.  
Microempreendedores.. 3. Municípios Pernambucanos.. I. VASCONCELOS,  
Ana Lúcia Fontes de Souza. (Orientação). II. SOUZA, Ilka Gislayne de Melo.  
(Coorientação). IV. Título.

300 CDD (22.ed.)

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
AGNA FERREIRA DA SILVA SANTOS

**PRÁTICAS DE CONTROLES FINANCEIROS E CONTÁBEIS REALIZADAS EM  
EMPREENDIMENTOS DE MICROEMPREENDEDORES: um estudo em  
municípios Pernambucanos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 ANA LUCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS  
Data: 07/04/2025 08:55:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Daniel José Cardoso da Silva (Avaliador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Mrs. Caio Arruda Souza Henriques (Avaliador)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, que me ensinaram o que é valor muito antes de a contabilidade surgir em minha vida.

À Mayara, Priscila e Henrique, meus companheiros durante a graduação, o meu sincero agradecimento por estarem ao meu lado nos momentos de desafios e conquistas.

Por fim, em memória da querida Luciana, minha amiga de classe, que sempre se mostrou educada, gentil e disposta a ajudar a mim e a toda a turma sempre que possível. Sua presença e bondade permanecem vivas em meu coração. Descanse em paz, Lu.

A todos, o meu muito obrigada. Este trabalho é também fruto do apoio e da inspiração que recebi ao longo dessa caminhada.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar as Práticas de Controles financeiros e contábeis realizadas em empreendimentos de Microempreendedores, em municípios do estado de Pernambuco em parceria com os polos EaD do curso de bacharelado em ciências contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O procedimento metodológico no âmbito dos objetivos, a pesquisa exploratória, em relação ao alcance geográfico, a pesquisa abrange os municípios pernambucanos, pelo critério de acessibilidade e mobilização já realizada com as atividades dos polos nos municípios no estado de Pernambuco. Para coleta de dados foi inserido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para obtenção de consentimento na participação da pesquisa, e aplicado um formulário com questões afirmativas divididas em 3 Dimensões sendo estas: Contábil; Financeira e Tributária, cada uma dessas dimensões com 4 questões afirmativas. As análises dos dados deram-se com teste estatístico Mann-Whitney U sendo observado os perfis dos empreendedores em relação ao gerenciamento de riscos. Foram respondidos 118 formulários, com aplicação da análise estatística do Teste Mann-Whitney U. 49 participantes afirmaram ter feito cursos de empreendedorismo, enquanto 69 não fizeram, indicando uma lacuna na capacitação específica para gestão de negócios. Os resultados sugerem que é possível que i) os microempreendedores com ensino superior adotem práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais consistente em relação aos seus pares sem formação superior, com exceção do gerenciamento de estoque e do fluxo de caixa, onde as diferenças não foram significativas; ii) a formação em empreendedorismo pode ter uma associação positiva na adoção de práticas financeiras e contábeis mais estratégicas, como capital de giro, margem de contribuição e conformidade normativa; iii) que os empreendimentos que possuem um contador podem ter uma tendência a adotar práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais estruturada em comparação àqueles que não contam com esse suporte. As análises com a ferramenta do Termômetro de Gerenciamento de Riscos, considerando três respondentes, sendo o Respondente N° 2 identificado como o pior, o Respondente N° 12 como o melhor, e o Respondente N° 6 como o mais mediano, com desempenho entre 70 e 90. As áreas com maior percentual de respondentes que nunca realizam o gerenciamento incluem o comissionamento da equipe (59%), margem de contribuição e ponto de equilíbrio (52%), separação entre recebimentos e pagamentos da pessoa física e jurídica (37%), custos variáveis e fixos (37%) e leis e normas do empreendimento (42%). Para estudos futuros sugere-se ampliar a amostra de respondentes com empreendimentos consolidados, mas também com jovens empreendedores que buscam iniciar novos negócios, como forma preditiva de riscos futuros.

**Palavras-chave:** Práticas de Controles Financeiros e Contábeis, Microempreendedores, Municípios Pernambucanos.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Associação das Indústrias de Gana
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
Dra	Doutora
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
EaD	Educação a Distância
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto Sobre Serviço
MEI	Microempreendedor Individual
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
NBC TG	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
PIB	Produto interno Bruto
Profa	Professora
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2	JUSTIFICATIVA	9
1.3	OBJETIVOS	10
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	10
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	10
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
2.2	NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS A MICROEMPREENDEDORES	13
2.3	DIREITOS E OBRIGAÇÕES PARA ABERTURA E CONTINUIDADE DO EMPREENDIMENTO DO MEI	15
2.4	SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA APOIAR AS PRÁTICAS CONTÁBEIS PARA MICROEMPREENDEDORES	17
<b>3.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>20</b>
3.1	RESULTADO OBTIDO NO PRÉ-TESTE	22
3.2	ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DOS RESPONDENTES	22
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>24</b>
4.1	TESTE: POSSUIR OU NÃO ENSINO SUPERIOR	24
4.3	TESTE: POSSUIR OU NÃO CURSO DE EMPREENDEDORISMO	25
4.4	TESTE: POSSUIR OU NÃO UM CONTADOR	26
4.5	TESTE: SER OU NÃO DE RECIFE	27
4.6	TERMOMETRO DE GERENCAMENTO DE RISCOS	27
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
5.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	30
5.2	RECOMENDAÇÕES	30
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>
	<b>APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), segundo suas atribuições na Lei n.º 12.249/2010, aprovou a Norma Brasileira Contábil Técnica Geral - NBC TG 1002 – Modelo Contábil para Microentidades, em vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2023, sendo consideradas aquelas empresas com receita bruta de até 4,8 milhões de reais por ano.

De acordo com os dados da base nacional Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no segundo quadrimestre de 2024, o Brasil contava com 21.095.654 empresas ativas, incluindo matrizes, filiais e microempreendedores individuais (MEI). Desses, 93,4% eram microempresas ou empresas de pequeno porte (GOVERNO FEDERAL, 2024).

Uma abordagem integrada entre desempenho financeiro e operacional pode melhorar os resultados gerais das organizações. Nesse contexto, controles financeiros adequados desempenham um papel moderador importante, potencializando o impacto das capacidades internas no desempenho organizacional (SOARES et al., 2023).

Observa-se que a gestão financeira adequada, como o acompanhamento e controle do fluxo de caixa e a gestão do capital de giro, é fator determinante para o sucesso das micro e pequenas empresas (MPEs). Práticas simples de gerenciamento financeiro, quando aplicadas de forma consistente, podem contribuir para a saúde financeira dessas empresas (SILVA et al., 2020).

O tema sobre Controles Financeiros e Contábeis praticados pelas Microentidades, para verificar a conformidade com a NBC TG 1002, tem como referência uma experiência de pesquisa realizada no ano de 2022, com o setor de serviços no mercado da beleza, tendo como público-alvo empreendedores informais, micro e pequenas empresas. O diagnóstico apresentado na pesquisa apontou: ausência de um planejamento adequado, que gere práticas de gestão integradas, em conjunto a ausência de sistemas de custos para os fins de controle gerencial, tornando o processo de gestão dos empreendimentos verdadeiras atividades de “sorte”, ou de muita dependência de fatores externos (MÁRIO et al., 2013).

Esta pesquisa tem como motivação acadêmica em identificar as Práticas de Controles financeiros e contábeis realizadas em empreendimentos de Microempreendedores, em oito municípios do estado de Pernambuco, onde os polos EaD do bacharelado em Ciências Contábeis atuam, para cooperar com um

mapeamento de demandas e oportunidades locais, apoiando com a implementação da implementar o Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), e da Resolução CNE/CES Nº 7/2018, no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis em EaD da UFPE, atendendo a Meta 12 - Estratégia 12.7, (Brasil, Lei 13.005, 2014) que garante os créditos curriculares para extensão universitária, estimulando os estudantes na construção de proposta das Atividades Complementares de Extensão (ACEx) podendo abranger todas as suas modalidades de projetos, eventos, serviços e produtos e que, podem ser disponibilizados para aplicação prática na formação profissional dos alunos de forma colaborativa com os agentes locais, levando à um pensamento crítico-reflexivo onde a centralidade da extensão no percurso socio-formativo dos estudantes tenha uma perspectiva de transformação da realidade.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como o perfil dos microempreendedores pernambucanos influencia a adoção de práticas de controle financeiro e contábil?

### 1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica pela relevância que as micro e pequenas empresas (MPEs) representam para a economia do Brasil, na geração de empregos, inovação e para o crescimento econômico, conforme pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023), destacando que,

cerca de 22 milhões de pequenos negócios, as micro e pequenas empresas respondem por cerca de 99% de todas as empresas [...] com 55% dos empregos com carteira assinada e quase 30% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB).

Assim, a necessidade de estudá-las para propor melhorias em suas atividades através de práticas de gestão financeira e contábil, que auxiliem na gestão dos recursos otimizando a tomada de decisão, buscando combater a falência e problemas administrativos.

Além disso, para financiar e subsidiar estes empreendimentos, os órgãos nacionais e internacionais, públicos e/ou privados, esperam transparência na prestação de contas das aplicações dos recursos, o que leva a necessidade de modernização da gestão, além de implementação de controles, registros e

mensuração das informações decorrentes das ações realizadas (ARRUDA et al., 2013). "De acordo com Lima (2007, p.67), qualquer entidade necessita de informações que possam dar embasamento à tomada de decisão e à contabilidade, e, além de atender as demandas legais, as informações devem servir também como instrumento para difusão das informações referentes à gestão. Entretanto, conforme estudo de Franco (2014) apenas 22,64% dos microempreendedores entrevistados em sua pesquisa compreendem que a contabilidade gerencial seve para a gestão da empresa, revelando uma lacuna entre o potencial estratégico da informação contábil e sua efetiva aplicação na gestão cotidiana.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Este projeto de pesquisa tem como objetivo principal, identificar as Práticas de Controles financeiros e contábeis realizadas em empreendimentos de Microempreendedores, em municípios do estado de Pernambuco em parceria com os polos EaD do curso de bacharelado em ciências contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o propósito principal, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- ✓ Aplicar um formulário com questões afirmativas sobre gerenciamento de riscos de gestão com empreendimentos de Microempreendedores, em municípios pernambucanos;
- ✓ Sistematizar as práticas de controles financeiros e contábeis encontrados na coleta de dados, relacionando o perfil do empreendedor com os riscos de gestão, e
- ✓ Aplicar a ferramenta Termômetro da Gestão (Ferreira, et. al, 2023), para identificar os riscos contábeis, financeiros e tributário-fiscal nos empreendimentos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ESTUDOS ANTERIORES

O estudo denominado de “o Controle Financeiro e a Contabilidade como Ferramenta de Gestão para as Micro e Pequenas Empresas” (COSTA et al., 2021, p. 12) teve como objetivo demonstrar a importância da contabilidade e do controle financeiro como ferramentas de gestão essenciais para o sucesso das MPEs. Esse trabalho evidenciou a necessidade de uma mudança de perspectiva entre os gestores, que frequentemente veem a contabilidade apenas como um meio de cumprir obrigações fiscais. A pesquisa foi realizada no contexto brasileiro e destacou que, apesar do papel importante da contabilidade para a saúde e crescimento das MPEs, muitas delas ainda não utilizam essas ferramentas de forma eficaz. Os principais resultados apontam que a falta de atenção a esses aspectos contábeis e de controle financeiro contribui para a alta taxa de mortalidade dessas empresas, evidenciando que o uso correto da contabilidade e a valorização do profissional contábil são fundamentais para a sustentabilidade e sucesso das pequenas empresas.

Uma análise realizada com 235 MPEs canadenses denominada de “*Growing SMEs and internal financing: the role of business practices*” (MPEs em crescimento e financiamento interno: o papel das práticas empresariais) (FADIL E ST-PIERRE, 2021, p. 15) revelou que práticas de gestão, como o uso de tecnologia eficiente e controle de custos e faturamento, estão relacionadas a uma menor necessidade de financiamento externo. A pesquisa destaca a importância dessas práticas para a preservação da independência financeira das empresas em crescimento, sem limitar seu tamanho.

De acordo com o estudo “*The use of financial information in the business management of SMEs in Colombia*” (O uso da informação financeira na gestão empresarial das MPEs na Colômbia) (PERILLA et al., 2022, p. 13) com o objetivo de determinar o nível de utilização das informações financeiras pelas MPEs na gestão econômica, revelou que 44% das MPEs, de 159 pesquisadas, não possuíam um sistema integrado de informações contábeis. Além disso, 53% geram demonstrações financeiras comparativas, mas apenas 36% utilizavam essas informações para tomar decisões. Em relação à implementação das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), 33% já aplicavam as normas internacionais, enquanto 67% ainda estavam em processo de implementação, mas de forma incompleta. O estudo indicou um baixo nível de uso das informações econômico-financeiras para a tomada de decisões.

Em “*Does corporate governance moderate the relationship between internal control system effectiveness and SMEs financial performance in Ghana?*” (A governança corporativa modera a relação entre a eficácia do sistema de controle interno e o desempenho financeiro das MPEs em Gana?) (MUSAH et al., 2023, p. 15) teve como objetivo analisar a relação entre os componentes do sistema de controle interno e o desempenho financeiro das MPEs registradas na Associação das Indústrias de Gana (AGI). A pesquisa, que envolveu 300 MPEs, concluiu que todos os cinco componentes do controle interno (ambiente de controle, atividades de controle, avaliação de riscos, informações e comunicação e monitoramento) têm uma relação positiva com o desempenho financeiro. Além disso, foi identificado que a prática eficaz de governança corporativa equilibra essa relação, fortalecendo o impacto dos componentes do controle interno no desempenho financeiro das MPEs.

O artigo científico brasileiro “A importância da gestão de custos nas pequenas empresas” (ROQUE et al., 2023, p. 6) analisou a influência da gestão de custos nas MPEs, destacando a contabilidade de custos como essencial para sua sobrevivência e crescimento. Com base em dados de pesquisas e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o artigo apontou que muitas MPEs enfrentam desafios devido à falta de conhecimento e estratégias na área de contabilidade de custos. Os principais resultados mostraram que a aplicação adequada da gestão de custos pode melhorar a eficiência e o desempenho financeiro, ajudando na sustentabilidade das empresas. Contudo, a falta de cultura organizacional e conhecimento sobre o tema impede sua adoção, destacando a importância da capacitação dos gestores e de mais pesquisas sobre a implementação dessas práticas.

O artigo “orçamento Empresarial como Ferramenta de Gestão para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil” (SOUSA et al., 2024, p. 7) abordou a importância do orçamento empresarial como uma ferramenta essencial para a gestão das MPEs no Brasil, destacando sua relevância para o planejamento e a competitividade. A pesquisa mostrou que muitas MPEs não usam essa ferramenta de forma eficaz, o que pode levar à falência. O artigo concluiu que um orçamento bem estruturado ajuda os gestores a tomar melhores decisões e a explorar novas oportunidades, como a venda online. A falta de conhecimento em gestão e de planejamento orçamentário são desafios comuns, e a capacitação dos gestores é crucial para garantir a sustentabilidade das MPEs.

## 2.2 NORMAS CONTÁBEIS APLICADAS A MICROEMPREENDEDORES

A Norma Brasileira de Contábil 1002 (NBC TG 1002), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelece diretrizes contábeis específicas para microentidades. A norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, com a possibilidade de adoção antecipada desde 2022. Consideram-se microentidades aquelas com receita bruta anual de até R\$4.800.000,00. Empresas que ultrapassarem esse limite por dois anos consecutivos devem adotar outras normas contábeis, como a NBC TG 1001 (para Pequenas Empresas) ou NBC TG 1000 (para Médias Empresas).

A norma define que as demonstrações contábeis das microentidades devem ser elaboradas pelo regime de competência, garantindo informações úteis para diferentes usuários. As demonstrações devem ser comparáveis entre períodos e refletir a posição financeira e o desempenho da entidade. Além disso, a norma veda sua aplicação parcial, exceto quando expressamente permitido, e restringe sua adoção por entidades com responsabilidade pública de prestação de contas, como companhias abertas e instituições financeiras. Afinal, a adoção do regime de competência pelas microempresas traz vantagens no controle financeiro, permitindo uma visão mais clara da situação econômica e financeira da empresa (Molter, 2022). Caso a norma não seja seguida, as microempresas podem apresentar uma imagem distorcida de sua real situação financeira, dificultando a análise da viabilidade dos negócios e aumentando os riscos de gestão ineficaz dos recursos financeiros.

Os princípios fundamentais incluem compreensibilidade, relevância, confiabilidade, prudência e comparabilidade. A norma estabelece critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Também prevê a não compensação de saldos, salvo se permitido. As demonstrações financeiras ressaltam que a aplicação de normas facilita o acompanhamento da evolução dos resultados financeiros das empresas. A falta de uniformidade pode gerar inconsistências nas informações financeiras, o que pode comprometer a credibilidade e dificultar a tomada de decisão por investidores, parceiros comerciais e outras partes interessadas (Brito, 2022).

A apresentação das demonstrações contábeis deve garantir a representação fiel da posição patrimonial e financeira da microentidade. O conjunto mínimo exigido inclui balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração de lucros ou

prejuízos acumulados. Embora não seja obrigatória a elaboração de notas explicativas, a norma incentiva sua divulgação para maior transparência. FEITOSA (2023) aponta que a declaração explícita de conformidade com a norma é essencial para assegurar a transparência das informações financeiras e para garantir que as microempresas atendam às expectativas de diversos usuários dessas informações. A omissão dessa declaração pode gerar desconfiança nos relatórios financeiros, prejudicando a reputação da empresa e sua capacidade de acessar recursos financeiros ou estabelecer relações comerciais.

Dessa forma, a NBC TG 1002 visa simplificar a contabilidade para microentidades, garantindo que seus relatórios contábeis sejam úteis, confiáveis e acessíveis, respeitando as particularidades desse segmento empresarial. FRANÇA (2024) realizou uma pesquisa sobre os desafios da adoção das normas 1001 e 1002 em microempresas. Ele aponta que, apesar das normas serem mais fáceis de compreender, muitos microempreendedores ainda não dominam os aspectos técnicos, o que pode comprometer a aplicação adequada das normas. A falta de capacitação e treinamento pode resultar em erros de aplicação e em demonstrações financeiras imprecisas, o que pode gerar sanções legais caso não haja conformidade com as obrigações fiscais e regulatórias.

As normas contábeis para microentidades estabelecem diretrizes essenciais para a estruturação e apresentação das demonstrações financeiras. O Balanço Patrimonial deve conter, no mínimo, contas relevantes como caixa e bancos, contas a receber, estoques, tributos, investimentos, ativo imobilizado, fornecedores, empréstimos, provisões, capital social e reservas. Os ativos e passivos devem ser classificados como circulantes ou não circulantes, conforme sua liquidez ou exigibilidade dentro de um período de 12 meses.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deve apresentar informações fundamentais, como receita bruta e líquida, custo das mercadorias ou serviços, despesas operacionais, receitas e despesas financeiras e o resultado líquido do exercício. Ajustes de erros contábeis e mudanças de práticas devem ser registrados como ajustes de exercícios anteriores nos lucros ou prejuízos acumulados.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia o saldo inicial e final do período, ajustes de exercícios anteriores, reversão de reservas, resultados do exercício e distribuição de dividendos. Mudanças nas políticas contábeis são

permitidas apenas quando exigidas por norma ou para aumentar a relevância e confiabilidade das informações.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu custo e podem sofrer ajustes subsequentes, como reconhecimento de perdas de crédito ou atualizações monetárias. Estoques devem ser avaliados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o preço de venda estimado, sendo possível utilizar métodos como PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) ou custo médio ponderado.

Investimentos em controladas, coligadas ou outras participações societárias devem ser contabilizados pelo custo, reconhecendo eventuais perdas de valor. Já o ativo imobilizado, incluindo propriedades para investimento, deve ser registrado pelo custo de aquisição e depreciado conforme sua vida útil, com exceção dos terrenos, que geralmente não sofrem depreciação.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (2021) argumenta que a adoção das normas traz benefícios a longo prazo, como a melhoria da credibilidade financeira da microempresa, o que aumenta as chances de obtenção de créditos e investimentos. Empresas que não aplicam as normas de maneira eficaz podem enfrentar dificuldades em acessar financiamentos ou, ainda, podem ser vistas como arriscadas por investidores e bancos devido à falta de clareza nas demonstrações financeiras. Essas diretrizes visam garantir a transparência e a fidedignidade das informações financeiras, promovendo uma melhor tomada de decisão e conformidade com a legislação vigente.

### 2.3 DIREITOS E OBRIGAÇÕES PARA ABERTURA E CONTINUIDADE DO EMPREENDIMENTO DO MEI

Diversos trabalhadores, ao exercerem atividades fora da regulação estatal, ficam privados de direitos trabalhistas essenciais, como aposentadoria e seguro-desemprego, que são garantidos aos profissionais legalizados e que contribuem com impostos e tributos. Essa condição os expõe a uma maior instabilidade financeira, dada a ausência de uma rede de proteção social (Gonçalves, 2002).

O Microempreendedor Individual (MEI), criado no Brasil em 2008, beneficiou milhões de pequenos negócios em todo o país. O objetivo do projeto era atender mais de 11 milhões de profissionais que não abriram empresas devido à alta carga tributária e à burocracia excessiva. A proposta se concretizou com a aprovação do Projeto de

Lei Complementar 02/07, que resultou na Lei Complementar nº 128/2008, proporcionando aos microempreendedores direitos previdenciários e a possibilidade de pagar uma contribuição reduzida ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de tributos mínimos (THAME, 2013).

A lei foi feita para oferecer-lhes a oportunidade de aderir ao mercado de trabalho formal, de modo simples e dentro de suas possibilidades econômicas.(THAME, 2013, p.12).

O regime do MEI passou por diversas mudanças ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito às atividades permitidas. O microempreendedor deve realizar atividades dentro da lista autorizada pela legislação, com a possibilidade de acumular diferentes ocupações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o que proporciona maior flexibilidade. Embora algumas atividades tenham sido adicionadas ou removidas da lista, a tendência é expandir cada vez mais as opções disponíveis (Ipea, SPREV e CMAP, 2022).

Entre as principais obrigações do MEI estão o pagamento mensal da contribuição para a Previdência Social e impostos como o ICMS e/ou ISS, via Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Ele também deve assinar um termo de ciência e responsabilidade, garantindo o cumprimento das normas locais para a operação do negócio. Outro requisito importante é o preenchimento do Relatório Mensal das Receitas e o envio da Declaração Anual Simplificada (DASN). Caso o MEI tenha empregado, é necessário regularizar a contratação, cadastrar no eSocial, pagar os encargos de FGTS e INSS e cumprir prazos específicos, garantindo os direitos trabalhistas do funcionário e evitando problemas legais (SEBRAE, 2023).

Isto é, o MEI deve cumprir com o pagamento mensal do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), fazer a Declaração Anual de Faturamento (DASN-SIMEI), e emitir notas fiscais quando necessário. Caso contrate um funcionário, deve seguir todas as obrigações trabalhistas, como o registro e o pagamento de direitos trabalhistas. Além disso, o MEI precisa manter-se dentro dos limites de faturamento anual e respeitar as atividades permitidas pela categoria para garantir a regularidade de seu empreendimento (SEBRAE, 2023).

Além das obrigações, o Microempreendedor Individual tem o direito de se formalizar como empreendedor, com acesso a um CNPJ, o que lhe permite emitir notas fiscais e acessar benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e outros da previdência social. Além disso, pode contratar um funcionário com custo reduzido de

encargos trabalhistas, obter crédito com condições favoráveis e ser isento de alguns tributos federais, desde que respeite os limites de faturamento e as atividades permitidas (SEBRAE, 2023).

Os procedimentos legais, administrativos e contábeis para o MEI são simplificados em relação a empresas maiores. Suas obrigações tributárias são calculadas automaticamente por sistemas eletrônicos, e o pagamento é feito por meio do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS-MEI). Embora não seja exigido o registro contábil formal, é recomendado manter um controle básico para facilitar a elaboração da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei) e o Relatório Mensal de Receitas Brutas (ANSILIERO et al., 2024).

Desde sua criação, o MEI passou por diversas mudanças, principalmente na definição das atividades permitidas, proporcionando maior flexibilidade aos empreendedores. Embora isso favoreça a inclusão social e o empreendedorismo, a ampliação do alcance do MEI gerou debates sobre seus impactos no mercado de trabalho e na formalização de microempreendimentos, além de questionamentos sobre a adequação das mudanças aos objetivos originais do programa, voltado para a inclusão previdenciária de autônomos de baixa renda (ANSILIERO et al., 2024).

#### 2.4 SERVIÇOS CONTÁBEIS PARA APOIAR AS PRÁTICAS CONTÁBEIS PARA MICROEMPREENDEDORES

O estudo “Demanda por Serviços Contábeis pelas Micro e Pequenas Empresas: São os Contadores Necessários?” (MIRANDA et al., 2007, p. 13) Investigou em Pernambuco a demanda por serviços contábeis, incluindo custos, por micro e pequenas empresas, focando na percepção dos gestores dessas organizações sobre os contadores e os serviços contábeis recebidos. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e entrevistas com 33 gestores de pequenos supermercados na periferia da Grande Recife (PE). A análise estatística, utilizando testes não paramétricos, revelou que muitos empresários veem os contadores apenas como responsáveis pelo recolhimento de impostos e encargos sociais, sem reconhecer sua função como especialistas em gerar informações para controle e avaliação de desempenho. No entanto, os empresários reconhecem o valor das informações contábeis, especialmente aquelas que auxiliam no controle gerencial e na avaliação do desempenho dos negócios. Este artigo será utilizado nesta pesquisa

para contrastar a realidade local com os achados atuais, além de embasar a discussão sobre a subutilização da contabilidade como ferramenta de gestão.

Com base no estudo de tema “A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI)” (MORAIS e FEITOSA FILHO, 2019, p. 9), é possível afirmar que, embora a legislação dispense a obrigatoriedade de escrituração contábil para o Microempreendedor Individual (MEI), o contador desempenha um papel essencial no suporte à gestão financeira e contábil dessas microempresas. O profissional de contabilidade, por meio de diversas técnicas e ferramentas, como escrituração, demonstrações contábeis e assessoria, oferece a orientação necessária para o MEI. Assim, a presença do contador é um apoio estratégico para o crescimento e sustentabilidade do negócio. Este trabalho poderá ser utilizado para analisar como a assessoria contábil pode reduzir riscos financeiros, especialmente no contexto pernambucano.

A contabilidade tem se tornado uma ferramenta essencial para a gestão financeira das empresas, especialmente no contexto dos microempreendedores individuais (MEIs). Apesar de sua importância, muitos MEIs ainda utilizam a contabilidade apenas para fins tributários, sem explorar seu potencial para aprimorar a gestão empresarial. A falta de compreensão sobre como a contabilidade pode contribuir para o sucesso do negócio é um fator que limita o uso mais eficaz dessa ferramenta pelos microempresários (ARAÚJO E ANJOS, 2021). Esse resultado servirá para comparar com os dados coletados nos formulários desta pesquisa, permitindo identificar se o cenário se mantém ou evoluiu na amostra estudada.

O contador, ao fornecer informações claras por meio das demonstrações contábeis, pode orientar o MEI nas decisões financeiras, identificando pontos críticos que necessitam de atenção para o crescimento do negócio. Além disso, o contador deve assumir um papel de educador, simplificando o processo contábil e tornando-o mais acessível ao empreendedor, que muitas vezes enfrenta dificuldades em lidar com as obrigações fiscais e o risco de desenquadramento. A utilização de ferramentas como o fluxo de caixa e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) simplificada pode ser importante para garantir o controle financeiro adequado e o sucesso do empreendimento, principalmente em empresas com recursos limitados, como as dos MEIs (SOUZA et al., 2022). Essas ferramentas serão analisadas no Termômetro da Gestão (Ferreira, 2023) aplicado nesta pesquisa, verificando sua adoção pelos microempreendedores.

De acordo com a pesquisa “A Importância dos Serviços Contábeis para Microempreendedores Individuais (MEI)” (DESDEWALLE, 2023, p. 13) o contador desempenha um papel importante no auxílio ao MEI nas tomadas de decisões gerenciais, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre o impacto das informações contábeis na gestão empresarial. A pesquisa revelou que, embora o MEI não seja obrigado a contar com o apoio contábil, o uso das informações contábeis, com a orientação de um contador, facilita a interpretação de dados financeiros e permite ao microempreendedor enfrentar desafios, adaptar-se às mudanças do mercado e promover o crescimento do seu negócio. Dessa forma, a presença do contador pode garantir a longevidade do empreendimento. Esse achado será relacionado nesta pesquisa a como o perfil influencia na adoção de controles.

No artigo “Percepção dos microempreendedores individuais sobre os serviços contábeis no agreste de Pernambuco” (LIMA et al., 2023, p. 11) observou que os contadores oferecem apenas os serviços básicos exigidos pela legislação, e tanto os contadores quanto os MEIs não buscam ou oferecem serviços além dos requisitos mínimos legais. Embora a contabilidade seja considerada essencial, sua importância pelos MEIs está mais relacionada a aspectos que extrapolam o desenvolvimento do negócio. A pesquisa também indicou que a necessidade de serviços contábeis mais complexos cresce conforme a empresa se torna mais robusta, especialmente para o cumprimento das obrigações e para consultorias financeiras.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No que diz respeito à classificação da pesquisa, no âmbito dos objetivos, optou-se pela pesquisa exploratória, que, conforme Raupp e Beuren (2006), é empregada quando há escassez de estudos sobre o tema abordado.

Quanto aos objetivos esta proposta se classifica em exploratória para o momento do levantamento das práticas de controles financeiros e contábeis na RSL, e descritiva para o momento da sistematização e categorização das práticas em conformidade com o modelo proposto na NBC TG 1002 para gestão dos empreendimentos (MARCONI e LAKATOS, 2012, p. 187).

Em relação ao alcance geográfico, a pesquisa abrange os municípios onde os polos, do curso de bacharelado na Universidade Federal de Pernambuco, estão localizados, pelo critério de acessibilidade e mobilização já realizada com as atividades dos polos nos municípios no estado de Pernambuco. Quanto ao aspecto temporal, esta pesquisa utilizou o critério de inclusão os respondentes em tempo hábil de finalização do trabalho de conclusão de curso no período de agosto de 2024 a fevereiro de 2025. Antes de responder o formulário de pesquisa, foi inserido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para obtenção de consentimento na participação da pesquisa.

A coleta dos dados foi realizada a partir de um formulário com questões afirmativas divididas em 4 Dimensões sendo estas: Contábil; Financeira e Tributária, cada uma dessas dimensões com 4 questões afirmativas. Com objetivo de sistematizar os fundamentos teóricos que sustentaram a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, bem como a interpretação, foi elaborado uma matriz de amarração teórica classificando e relacionando as categorias e variáveis do objeto de estudo aos conceitos, conforme está apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Matriz de Amarração Teórica

Dimensões	Categorias	Variáveis	Questões Afirmativas	Fundamentos
Gestão Contábil	Planejamento Contábil	Estoque	Gerencio o estoque	Artigo de Roque et al. (2023)
		Recebimentos e Pagamentos	Gerencio separadamente os recebimentos e pagamentos da pessoa física e da pessoa jurídica	
		Capital de Giro	Gerencio capital de giro	
		Endividamento	Gerencio o endividamento	
Gestão Financeira	Planejamento Financeiro	Fluxo de caixa	Gerencio o fluxo de caixa	NBC TG 1002 Silva et al. (2020)
		Custos variáveis e fixos	Gerencio os custos variáveis e fixos	
		Margem de contribuição e o ponto de equilíbrio	Gerencio a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio	
		Comissionamento da equipe	Gerencio o comissionamento da equipe	
Gestão Tributária	Planejamento Tributário	Leis/normas	Gerencio as leis/normas relacionadas ao empreendimento	Lei 12.249/2010, NBC TG 1002
		Direitos e obrigações da Lei do MEI ou Simples Nacional	Gerencio os direitos e obrigações da Lei do MEI ou do Simples Nacional	
		Pagamento dos tributos	Gerencio o pagamento dos tributos, evitando juros e multa	
		Obrigações acessórias	Gerencio as obrigações acessórias	

Fonte: Elaborado pelo autor.

As análises dos dados foram realizadas por meio dos testes não paramétricos Mann-Whitney, o qual compara duas amostras independentes. Este teste estatístico compara a diferença entre as medianas de determinada variável de duas amostras independentes para testar se esta diferença é estatisticamente significativa. Para isso, os dados foram tratados com a utilização do programa estatístico RStudio versão 2024.12.1+563.

A última questão do formulário é relacionada à ferramenta Termômetro da Gestão (Ferreira, et. al, 2023) que tem por objetivo mitigar riscos contábeis, financeiros e tributário-fiscal, contendo uma escala de avaliação de gerenciamento riscos, tendo como opções de respostas a seguinte pontuação: 3 pontos (gerencio), 2 pontos (quase sempre gerencio), 1 ponto (às vezes gerencio), e zero (nunca gerencio).

### 3.1 RESULTADO OBTIDO NO PRÉ-TESTE

O pré-teste do questionário foi aplicado a um total de quatro empreendedores, e obteve o retorno de um participante, que fez as seguintes considerações: sugeriu a inclusão da opção "não se aplica" nas questões relacionadas ao controle de estoque, pois alguns serviços não possuem estoque, e destacou que a questão sobre "gerenciar as leis e normas" estava pouco clara, recomendando uma reformulação para deixar evidente que se refere à conformidade com as leis e normas do setor. Os demais participantes não relataram dificuldades nas questões, considerando-as claras e de fácil entendimento.

### 3.2 ANÁLISE DESCRITIVA DO PERFIL DOS RESPONDENTES

Para identificar as Práticas de Controles financeiros e contábeis realizadas em empreendimentos de Microempreendedores, em municípios do estado de Pernambuco, este trabalho contou com a colaboração dos tutores dos polos EaD do curso de bacharelado em ciências contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que através de um link pelo *google forms* buscaram os gestores em suas localidades. Pelo critério de respostas em tempo hábil da pesquisa, foi considerado as respostas até o mês de fevereiro de 2025.

Foram respondidos 118 formulários, distribuídos nas cidades de Recife (38); Olinda (45); Paulista (6); Igarassu (2); Camaragibe (8); Nazaré da Mata (1); Ipubi (15) e Gravatá (1); Sagueiro (1) e São Vicente Ferrer (1), totalizando 118 participantes.

Os dados apontaram que, em sua maioria dos respondentes possuem Ensino Médio completo (32) ou superior completo (31) em áreas como Ciências Sociais Aplicadas (20), Ciências Humanas (8) e Licenciaturas e Pedagogia (5), e com pós-graduação com especialização, enquanto (12) adquiriu formação por meio da vivência no trabalho. Em relação à idade, a maioria dos participantes (60) está na faixa etária

de 18 a 30 anos, seguida por (36) na faixa de 31 a 45 anos, (21) entre 46 e 55 anos, e apenas 1 acima de 56 anos.

Além disso, (49) participantes afirmaram ter feito cursos de empreendedorismo, enquanto (69) não possuem essa formação, indicando uma lacuna na capacitação específica para gestão de negócios. Estudos anteriores, como o de Costa et al. (2021), destacam que a formação acadêmica, especialmente em áreas relacionadas à gestão e contabilidade, tem um impacto na adoção de práticas financeiras e contábeis mais eficazes. O estudo de Fadil e St-Pierre (2021) sugere que, práticas básicas de gestão, como controle de custos e faturamento, são essenciais para a independência financeira das empresas, independentemente da formação acadêmica.

Corroborando com esta discussão, o estudo de Roque et al. (2023) destacam que a formação em gestão de custos e contabilidade é essencial para a sustentabilidade das MPEs, mas a falta de conhecimento e capacitação é um obstáculo comum.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão discutidos os resultados obtidos a partir da análise das práticas de controle financeiro e contábil aplicadas pelos microempreendedores em oito municípios do estado de Pernambuco, conforme os objetivos específicos estabelecidos no projeto de pesquisa. A partir da sistematização dos dados coletados, será feita uma análise aprofundada sobre a adesão às práticas previstas na Norma Brasileira Contábil (NBC TG 1002) e a comparação com as melhores práticas de gestão financeira e contábil encontradas na literatura.

### 4.1 TESTE: POSSUIR OU NÃO ENSINO SUPERIOR

O Quadro 2 apresenta os resultados do Teste Mann-Whitney U em relação ao perfil dos respondentes em possuir ou não ensino superior.

Quadro 2 - Teste Mann-Whitney U e Significância

GERENCIAMENTOS								
Estatística	Estoque	Capital de Giro	Fluxo de Caixa	Custos	Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio	Mudanças nas normas do MEI	Pagamento de Tributos	Obrigações Acessórias
Mann-Whitney U	1300,500	1023,500	1409,500	998,000	901,000	816,500	1017,500	806,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,065	0,001	0,236	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
a. <b>Grouping Variable:</b> POSSUIR OU NÃO ENSINO SUPERIOR.								

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que microempreendedores com ensino superior possam adotar práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais consistente em comparação com aqueles sem formação superior, com exceção do gerenciamento de estoque e do fluxo de caixa, onde as diferenças não foram significativas. Essa tendência converge com os achados de Costa et al. (2021), que destacam a importância da contabilidade e do controle financeiro como ferramentas essenciais para o sucesso das MPEs, sugerindo que a formação acadêmica pode proporcionar aos gestores uma compreensão mais ampla e estratégica dessas práticas.

A falta de diferença significativa no gerenciamento de estoque e fluxo de caixa pode indicar que essas áreas são vistas como operacionais e imediatas, independentemente do nível de escolaridade, o que está alinhado com o estudo de Fadil e St-Pierre (2021), que enfatiza a importância de práticas básicas de gestão,

como o controle de custos e faturamento, para a independência financeira das empresas.

As práticas relacionadas à margem de contribuição, ponto de equilíbrio, conformidade normativa, pagamento de tributos e obrigações acessórias apresentaram diferença, sugerindo que a formação acadêmica pode indicar a aplicação desses controles. Esse resultado está em sintonia com o estudo de Roque et al. (2023), que destaca a gestão de custos como essencial para a sobrevivência e crescimento das MPEs, mas aponta que a falta de conhecimento e capacitação dos gestores é um obstáculo comum. A maior adesão a essas práticas por microempreendedores com ensino superior reforça a necessidade de capacitação, conforme defendido por Sousa et al. (2024), que identificaram a falta de conhecimento em gestão e planejamento orçamentário como um desafio crítico para a sustentabilidade das MPEs.

Por outro lado, a conformidade normativa e o pagamento de tributos, áreas em que microempreendedores com ensino superior se destacam, refletem a importância da governança corporativa e do controle interno, conforme destacado por Musah et al. (2023). Esses autores demonstram que a eficácia do sistema de controle interno está diretamente relacionada ao desempenho financeiro das MPEs, sugerindo que a formação acadêmica pode contribuir para uma maior conscientização sobre a importância desses aspectos. No entanto, a divergência em relação ao gerenciamento de estoque e fluxo de caixa pode indicar que essas práticas são mais influenciadas por fatores operacionais e contextuais do que pelo nível de escolaridade, o que ressalta a complexidade da gestão financeira nas MPEs.

#### 4.3 TESTE: POSSUIR OU NÃO CURSO DE EMPREENDEDORISMO

O Quadro 3 apresenta os resultados do Teste Mann-Whitney U em relação ao perfil dos respondentes em possuir curso de empreendedorismo.

Quadro 3 - Teste Mann-Whitney U e Significância

GERENCIAMENTOS								
Estatística	Estoque	Capital de Giro	Fluxo de Caixa	Custos	Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio	Mudanças nas normas do MEI	Pagamento de Tributos	Obrigações Acessórias
Mann-Whitney U	912,500	691,500	925,500	862,000	732,000	548,500	804,500	584,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,231	0,007	0,133	0,187	0,020	0,000	0,036	0,000
a. <b>Grouping Variable:</b> POSSUIR OU NÃO CURSO DE EMPREENDEDORISMO.								

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que a formação em empreendedorismo tem pode ser positivo na adoção de práticas financeiras e contábeis mais estratégicas, como capital de giro, margem de contribuição e conformidade normativa, corroborando a importância da capacitação dos gestores, conforme defendido por Sousa et al. (2024). No entanto, a falta de influência em áreas operacionais, como estoque e fluxo de caixa, sugere que outras variáveis, como a experiência prática e o suporte profissional, também desempenham um papel importante na gestão dessas atividades.

#### 4.4 TESTE: POSSUIR OU NÃO UM CONTADOR

O Quadro 4 apresenta os resultados do Teste Mann-Whitney U em relação ao perfil dos respondentes em possuir ou não o apoio de serviços profissionais de um contador.

Quadro 4 - Teste Mann-Whitney U e Significância

GERENCIAMENTOS								
Estatística	Estoque	Capital de Giro	Fluxo de Caixa	Custos	Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio	Mudanças nas normas do MEI	Pagamento de Tributos	Obrigações Acessórias
Mann-Whitney U	1350,000	1032,000	1570,000	1217,000	1082,000	795,000	961,000	833,000
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,013	0,000	0,459	0,006	0,000	0,000	0,000	0,000
a. <b>Grouping Variable:</b> POSSUIR OU NÃO UM CONTADOR.								

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados apontam que os empreendimentos que possuem um contador podem adotar práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais estruturada em comparação àqueles que não contam com esse suporte. Estudos corroboram com esta fundamentação teórica conforme estudos de Costa et al. (2021),

Roque et al. (2023) e Musah et al. (2023). Diferenças foram observadas na maioria das práticas analisadas, como gerenciamento do capital de giro, custos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, acompanhamento das mudanças nas normas do MEI, pagamento de tributos e obrigações acessórias. No entanto, para o gerenciamento do fluxo de caixa, não houve diferença significativa, indicando que a presença de um contador não influencia essa prática de forma relevante.

#### 4.5 TESTE: SER OU NÃO DE RECIFE

Os dados indicam que não há diferenças nas práticas de gerenciamento financeiro e contábil entre microempreendedores de Recife e de outros municípios. Todas as práticas analisadas, como gerenciamento de estoque, capital de giro, fluxo de caixa, custos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, acompanhamento das mudanças nas normas do MEI, pagamento de tributos e obrigações acessórias, apresentaram resultados sem significância estatística. Isso sugere que a localização geográfica, especificamente ser ou não de Recife, não influencia de forma relevante a adoção dessas práticas pelos microempreendedores.

Os resultados sugerem que a localização geográfica não é um fator determinante para a adoção de práticas de gerenciamento financeiro e contábil entre os microempreendedores analisados. No entanto, isso não diminui a importância de políticas públicas e iniciativas de capacitação que considerem as particularidades regionais, conforme defendido por Costa et al. (2021) e Sousa et al. (2024). A homogeneidade observada reforça a necessidade de abordagens mais abrangentes e estratégicas para superar os desafios comuns enfrentados pelas MPEs, independentemente de sua localização.

#### 4.6 TERMOMETRO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Foram considerados três respondentes para as análises com a ferramenta do Termômetro de Gerenciamento de Riscos (Ferreira, et. al, 2023), sendo o Respondente N° 2 identificado como o pior, o Respondente N° 12 como o melhor, e o Respondente N° 6 como o mais mediano, com desempenho entre 70 e 90.

Com base nos dados coletados, observou-se que três respondentes foram excluídos da análise por terem fornecido mais de uma resposta inconsistente.

As áreas com maior percentual de respondentes que nunca realizam o gerenciamento incluem o comissionamento da equipe (59%), margem de contribuição

e ponto de equilíbrio (52%), separação entre recebimentos e pagamentos da pessoa física e jurídica (37%), custos variáveis e fixos (37%) e leis e normas do empreendimento (42%). Esses resultados podem sugerir que muitos gestores negligenciam práticas essenciais, como o controle da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio, o que pode comprometer a sustentabilidade financeira dos negócios. Essa lacuna de gerenciamento é destacada nos estudos de Roque et al. (2023) e Sousa et al. (2024), apontando a importância da gestão de custos e do orçamento empresarial para a sustentabilidade das MPEs. A ausência de controle sobre essas áreas pode contribuir para taxa de mortalidade das pequenas empresas, como evidenciado por Costa et al. (2021), que enfatizam a necessidade de uma mudança de perspectiva dos gestores em relação à contabilidade, vendo-a não apenas como uma obrigação fiscal, mas como uma ferramenta estratégica de gestão.

Por outro lado, as áreas mais gerenciadas, com maior percentual de "Sempre gerencio", são o fluxo de caixa (70%), endividamento (67%), estoque (62%) e pagamento de tributos (56%), evidenciando uma maior preocupação com a liquidez e as obrigações fiscais. Essa tendência está alinhada com os estudos de Fadil e St-Pierre (2021), que destacam a importância do controle de custos e faturamento para a preservação da independência financeira das empresas. Além disso, a atenção ao fluxo de caixa e ao endividamento reflete uma preocupação com a liquidez, que é fundamental para a sobrevivência das MPEs, conforme destacado por Musah et al. (2023), que relacionam a eficácia do controle interno ao desempenho financeiro das empresas.

Além disso, categorias como gerenciamento de custos variáveis e fixos e capital de giro apresentam uma distribuição mais equilibrada, sugerindo oportunidades de melhoria, já que uma parcela significativa dos gestores ainda não mantém um controle efetivo nessas áreas. Essa situação reflete os desafios identificados por Perilla et al. (2022), que apontam o baixo uso de informações financeiras para a tomada de decisões e a falta de sistemas integrados de informações contábeis em muitas MPEs. A implementação de práticas de gestão mais eficazes, como a contabilidade de custos e o orçamento empresarial, pode ajudar a superar essas lacunas, conforme sugerido por Roque et al. (2023) e Sousa et al. (2024). A capacitação dos gestores e a adoção de ferramentas contábeis e financeiras mais robustas são essenciais para garantir a sustentabilidade e o crescimento das MPEs, conforme destacado pela fundamentação teórica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder à questão de pesquisa: Como o perfil dos microempreendedores pernambucanos influencia a adoção de práticas de controle financeiro e contábil?

Foram respondidos 118 formulários, com aplicação da análise estatística do Teste Mann-Whitney U. Entre os participantes, 49 afirmaram ter feito cursos de empreendedorismo, enquanto 69, o que pode indicar lacuna na capacitação específica para gestão de negócios (Roque et al., 2023). Além disso, os microempreendedores com ensino superior podem estar associados a uma maior chance de a empresa adotar práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais consistente, pois os dados apontam significância estatística na diferença entre as medianas dos grupos comparados, embora essa diferença não apareça quando o assunto é gerenciamento de estoque e de fluxo de caixa. Essa diferença converge com os achados de Costa et al. (2021).

Os resultados indicam que a formação em empreendedorismo pode estar relacionada positivamente na adoção de práticas financeiras e contábeis mais estratégicas, como capital de giro, margem de contribuição e conformidade normativa, corroborando a importância da capacitação dos gestores, conforme defendido por Sousa et al. (2024).

O teste de significância em relação ao perfil dos respondentes em possuir ou não o apoio de serviços profissionais de um contador, os resultados apontam que os empreendimentos que possuem um contador podem adotar práticas de gerenciamento financeiro e contábil de forma mais estruturada em comparação àqueles que não contam com esse suporte. Estudos de Costa et al. (2021), Roque et al. (2023) e Musah et al. (2023) confirmam os achados também em seus estudos.

Nas análises com a ferramenta do Termômetro de Gerenciamento de Riscos (Ferreira, et. al, 2023) foram considerados três respondentes, sendo o Respondente Nº 2 identificado como o pior, o Respondente Nº 12 como o melhor, e o Respondente Nº 6 como o mais mediano, com desempenho entre 70 e 90. As áreas com maior percentual de respondentes que nunca realizam o gerenciamento incluem o comissionamento da equipe (59%), margem de contribuição e ponto de equilíbrio (52%), separação entre recebimentos e pagamentos da pessoa física e jurídica (37%), custos variáveis e fixos (37%) e leis e normas do empreendimento (42%). Pesquisas

anteriores como o estudo de Perilla et al. (2022), apontam o baixo uso de informações financeiras para a tomada de decisões e a falta de sistemas integrados de informações contábeis em muitas MPEs. A implementação de práticas de gestão mais eficazes, como a contabilidade de custos e o orçamento empresarial, pode ajudar a superar essas lacunas, conforme sugerido por Roque et al. (2023) e Sousa et al. (2024).

### 5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta algumas limitações relevantes. Primeiramente, a amostra estudada foi restrita em número e abrangência geográfica, o que sugere a necessidade de futuros estudos com um alcance mais amplo. Além disso, como os dados foram coletados por meio de questionários, as respostas podem conter vieses de percepção, já que os microempreendedores relataram suas práticas com base no que acreditam fazer, e não necessariamente no que realizam de fato – uma diferença que poderia ser contrastada com análise documental. Por fim, o estudo não avaliou o impacto de variáveis macroeconômicas externas, como inflação ou mudanças políticas recentes, que podem influenciar diretamente os controles financeiros adotados pelos empreendedores.

### 5.2 RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa, apesar de suas limitações, oferece contribuições relevantes para o campo da gestão de micro e pequenas empresas. No âmbito acadêmico, avança na compreensão das dificuldades práticas na implementação de controles financeiros, validando estudos anteriores como os de Ferreira et al. (2023). No contexto social, reforça a necessidade de políticas públicas e programas de capacitação (ex.: SEBRAE) para reduzir irregularidades e melhorar a gestão. Para profissionais da contabilidade, destaca oportunidades de serviços mais direcionados, como treinamentos e ferramentas simplificadas. Como recomendações futuras, sugere-se ampliar a amostra, triangular métodos de coleta (questionários + análise documental) e incluir variáveis macroeconômicas, além de comparar os resultados com outras realidades regionais. Além disso, sugere-se que futuros estudos complementem os dados com análises documentais ou entrevistas para reduzir vieses.

## REFERÊNCIAS

- ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. *Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate*. Rio de Janeiro: Ipea, fev. 2024. 60 p. (Texto para Discussão, n. 2971). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2971-port>.
- ARAÚJO, Fabrício Maximiano de; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. A importância da contabilidade para o microempreendedor individual (mei). *Revista GeTeC*, v. 10, n. 33, 2021.
- BRITO, Eduardo Henrique da Silva. *Elaboração das demonstrações financeiras nas micro e pequenas empresas*. 2022. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Anhanguera, Campinas, 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TG 1002 – Microentidade. Brasília: CFC, 2021.
- DESDEWALLE, Diana Caroline Morais. *A importância da contabilidade para o microempreendedor individual na tomada de decisões gerenciais da empresa*. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Centro Universitário UNIFACVEST, Lages, 2023
- FADIL, Nazik; ST-PIERRE, Josée. "Growing SMEs and internal financing: the role of business practices", *Journal of Small Business and Enterprise Development*, Vol. 28 No. 7, pp. 973-994, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez16.periodicos.capes.gov.br/10.1108/JSBED-11-2019-0375> Acesso em: 9 dez. 2024.
- FEITOSA, Iury Antunes Lourenco. *Uma análise comparativa entre NBC TG 1002 e a NBC TG 1000*. 2023.
- FERREIRA, Erika Borges. SEGURA, Liliane Cristina. VASCONCELOS, Ana Lucia Fontes de Souza. ABREU, Rute. *Accounting Planning for Acceleration in Small Companies: A Case in a Brazilian Beauty Hair*. Handbook of Research on Acceleration Programs for SMEs, 2023. Disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/accounting-planning-for-acceleration-in-small-companies/315923> Acesso em: 22/10/2023
- FRANÇA, Maria Luiza Edwiges Nascimento de. *Implicações e desafios na adoção das normas 1001 e 1002 em microempresas e empresas de pequeno porte*. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.
- FRANCO, Rayssa Soares *Contabilidade Gerencial: um estudo em micro e pequenas empresas de João Pessoa/PB*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., 2014, São Paulo: FEA/USP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28731> Acesso em: 02/04/2025.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais*. In: LONGARAY, André Andrade. et all. *Como*

elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, 2002

GOVERNO FEDERAL. Mapa de empresas. *Portal do Empreendedor*. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas>. Acesso em: 9 dez. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA – SPREV; CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CMAP.

Relatório de Avaliação: microempreendedor individual (MEI) – ciclo 2021-2022. IPEA; SPREV; CMAP: Brasília, 2022. Mimeografado.

LIMA, J. P. S. A Contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias: uma contribuição à democratização da gestão. In: Organização incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade de são paulo; núcleo de gestão da ITCP-USP... [et al.]. *A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais*. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007. p. 67-72. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0011/7435/Gestao-Da-Autogestao-Ecosol-Livro.pdf> . Acesso em: 01 jan. 2025.

LIMA, Pedro Henrique Tavares de; ARAUJO NETO, Manoel Ferreira de; MUNIZ, Felipe Toscano de Assis; ARAUJO, João Gabriel Nascimento de; SOEIRO, Tiago de Moura; CUNHA, Ana Rosa Gomes. *Percepção dos microempreendedores individuais (MEI) sobre os serviços contábeis no Agreste de Pernambuco*. 2023.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MÁRIO, P. C. et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 8, n. 1, 2013.

MIRANDA, Luiz Carlos; LIBONATI, Jeronymo; RATTACASO, Deivisson; SATURNINO, Odilon. *Demanda por serviços contábeis pelas micro e pequenas empresas: são os contadores necessários?* XIV Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa, PB, Brasil, 05 a 07 dez. 2007.

MOLTER, Lorena. *Contador, conheça as Normas de Contabilidade voltadas para as micro e pequenas empresas*. CFC, 2022. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/contador-conheca-as-normas-de-contabilidade-voltadas-para-as-micro-e-pequenas-empresas/#:~:text=NBC%20TG%201002%20%E2%80%93%20Contabilidade%20para%20Microentidades&text=A%20norma%20%C3%A9%20voltada%20para,milh%C3%B5es%20de%20reais%20por%20ano>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAIS, Maria Aparecida Silva; FEITOSA FILHO, Raimundo Ivan. A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI).. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*,2019, vol.13, n.43, p. 480-489. ISSN: 1981-1179.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. NBC TG 1002. Contabilidade para microentidades. Disponível em:

<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1002.pdf>. Acesso em: 29 Jan. 2025.

MUSAH, Alhassan; PADI, Abigail; OKYERE, Bismark; ADENUTSI, Deodat E.; AYARIGA, Charles. Does corporate governance moderate the relationship between internal control system effectiveness and SMEs financial performance in Ghana? *Cogent Business & Management*, v. 9, n. 1, art. 2152159, 2023. DOI: 10.1080/23311975.2022.2152159.

PERILLA, Luz Natalia Tobón; GRANDE, Elena Urquia; MONTERO, Elisa Isabel Cano. The use of financial information in the business management of SMEs in Colombia. *Revista Perspectiva Empresarial*, v. 9, n. 2, p. 11-23, jul.-dez. 2022. DOI: 10.16967/23898186.791.

ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA; ANA FLÁVIA PACHECO LEAL; MIKAELA FRASSETO FERNANDES; VALDI BARRETO JÚNIOR. O CONTROLE FINANCEIRO E A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, [S. l.], v. 6, n. 02, p. 62–76, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/359>. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROQUE, Francisco Piloto; CORRÊA, Lucas Campanuchi; SILVA, Marcos Vinícius Parra da. A importância da gestão de custos nas pequenas empresas. 2023. Artigo Científico. (Curso Técnico em Contabilidade) Etec Prof. Alcídio de Souza Prado. Orlandia, 2023.

SEBRAE. Direitos e deveres do Microempreendedor Individual. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/direitos-e-deveres-do-microempreendedor-individual,c7e826ad18353410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). 2023. Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/qual-o-papel-das-pequenas-empresas-na-economia-brasileira>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SILVA, A. J.; LEVINO, N. A.; COSTA, C. E. S. Gestão financeira em MPes: um estudo sob a ótica de especialistas lagoanos. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 10, n. 3, p. 108-128, 2020.

SOARES, T. C.; SANTA, S. L. B.; VAZ, K. K. R. B.; SOARES, S. V. O efeito moderador que o desempenho financeiro exerce sobre a interação da capacidade de absorção e o desempenho organizacional. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business*, v. 12, n. 1, p. 1-10, 2023.

SOUSA, André Luis Samora de; MENEZES, Cristiano de Andrade; FERREIRA, Elaine Maria Nunes; SANTOS, Marijaira Prazeres dos; SOUZA, Rubilene Paulino de. Orçamento Empresarial como Ferramenta de Gestão para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil. 2024.

SOUZA, M. S. et al. Não Obrigatoriedade de Contabilidade Para o Microempreendedor Individual, Incentivo ou Morte Certa. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. 2022.

THAME, Antônio Carlos de Mendes. Como ser um microempreendedor individual-MEI.2013. Disponível em: <http://www.mendesthame.com.br/wp-content/uploads/2011/04/MEI.pdf>>. Acesso em: 20 Dez. 2024.

## APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. A sua contribuição nos auxiliará a atingir o objetivo da pesquisa, que é mapear os conhecimentos dos gestores sobre controles contábeis de empreendimentos de pequeno porte. Todos os dados aqui enviados serão de responsabilidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para fins de banco de dados de pesquisa, e não serão publicados de forma a expor a empresa ou o respondente, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) que conta com medidas e regras para a coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais.

Desde já agradecemos sua participação.

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

**Você aceita participar desta pesquisa, respondendo o questionário?**

<input type="checkbox"/>	<b>Sim</b> , eu aceito participar
<input type="checkbox"/>	<b>Não</b> , no momento prefiro não participar

#### Dimensão I: Perfil do Respondente

##### 1. Qual o município onde seu negócio está localizado?

- Carpina
- Gravatá
- Ouricuri
- Palmares
- Pesqueira
- Petrolina
- Recife
- Salgueiro
- Outro: \_\_\_\_\_

##### 2. Qual o seu nível de escolaridade? \_\_\_\_\_

<input type="checkbox"/>	Formação não escolar, adquirida na vivência do trabalho
<input type="checkbox"/>	Ensino Fundamental incompleto
<input type="checkbox"/>	Ensino Fundamental Completo
<input type="checkbox"/>	Ensino Médio incompleto
<input type="checkbox"/>	Ensino Médio completo

	Nível Técnico
	Superior incompleto
	Superior completo ou mais
	Pós-graduação com especialização
	Mestrado
	Doutorado

3 Em que Área é a sua Formação?

- ( ) Ciências Exatas e da Terra  
 ( ) Ciências Biológicas  
 ( ) Engenharias  
 ( ) Ciências da Saúde  
 ( ) Ciências Agrárias  
 ( ) Linguística, Letras e Artes  
 ( ) Ciências Sociais Aplicadas  
 ( ) Ciências Humanas

4 Você já fez algum curso de empreendedorismo? Se sim, quem ofertou?

5 Em que ano você fez algum curso de empreendedorismo? \_\_\_\_\_

6. Qual sua idade?

	18 a 30 anos
	31 a 45 anos
	46 a 55 anos
	Acima de 56 anos

7. Quando tem dúvidas sobre alguma questão de gestão fiscal ou tributária, você procura o Contador?

	Sim
	Não

7.1 Se sim, o Contador atende suas necessidades de forma tempestiva (a tempo)?

- ( ) Sim  
 ( ) Não  
 ( ) Às vezes

7.2 Se sim, você fica satisfeito com o atendimento do contador, resolvendo sua dúvida?

- ( ) Não tenho contato com contador  
 ( ) Sim, fico satisfeito  
 ( ) Não

7.3 Se respondeu não, pode falar o motivo de não buscar esta ajuda profissional?  
 \_\_\_\_\_

### Dimensão II: Perfil da Empresa

8. Quantos tempo tem de funcionamento seu empreendimento? \_\_\_\_\_
9. Você tem funcionários? Se sim, quantos? \_\_\_\_\_
10. Qual produto ou serviço você comercializa? \_\_\_\_\_

### Dimensão III: Diagnóstico Termômetro da Gestão

Responda as questões conforme sua prática contábil no seu empreendimento:

Opções de Resposta	
Gerencio	3
Quase sempre gerencio	2
Às vezes gerencio	1
Nunca gerencio	0

Conteúdos	Questões	Respostas
Contábil	Gerencio o estoque	
	Gerencio separadamente os recebimentos e pagamentos da pessoa física e da pessoa jurídica	
	Gerencio capital de giro	
	Gerencio o endividamento	
Financeiro	Gerencio o fluxo de caixa	
	Gerencio os custos variáveis e fixos	
	Gerencio a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio	
Tributário	Gerencio o comissionamento da equipe	
	Gerencio as leis/normas relacionadas ao empreendimento	
	Gerencio os direitos e obrigações da Lei do MEI ou do Simples Nacional	
	Gerencio o pagamento dos tributos, evitando juros e multa	
	Gerencio as obrigações acessórias	

Agradecemos sua participação.